

# Briga por um transatlântico de R\$ 50,2 milhões

União disputa embarcação com empresa estrangeira acusada de contrabando e falsificação de documento

Editoria de Arte

Antonio Werneck

• Apreendido no Rio, o iate Wega, um transatlântico de 198 pés (cerca de 60 metros), está no centro de uma disputa judicial que tem agitado os bastidores da Justiça Federal do Rio. De um lado está a Procuradoria da República e a Receita Federal, que defendem que a embarcação ficou com o governo brasileiro, alegando que ela está envolvida em crime de falsificação e contrabando. Do outro, estão os advogados dos escritórios de Sérgio Bermudes e Evaristo de Moraes, dois dos mais importantes do país. Na disputa, há muitas divergências. A começar pelo valor da embarcação: enquanto técnicos da Receita Federal concluíram que o iate vale R\$ 50,2 milhões (cerca de US\$ 27 milhões), a empresa Tech Survey Perícia Naval Ltda garantiu que a embarcação custaria cerca de R\$ 11 milhões (US\$ 6 milhões). A decisão caberá ao juiz Roberto Schuman, da 3ª Vara Federal do Rio.

A embarcação pertence à empresa Pegasus, sediada em Antígua e Barbuda (país constituído de duas ilhas, situado entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico). No Brasil, a empresa é representada pelo empresário belga Pierre Paul Vanderbroucke. Acusado de contrabando e de falsificação de documento, Pierre tinha como endereço uma cobertura na Avenida Atlântica, em Copacabana, e um apartamento na Avenida Vieira Souto, em Ipanema. Atualmente Pierre vive na França.

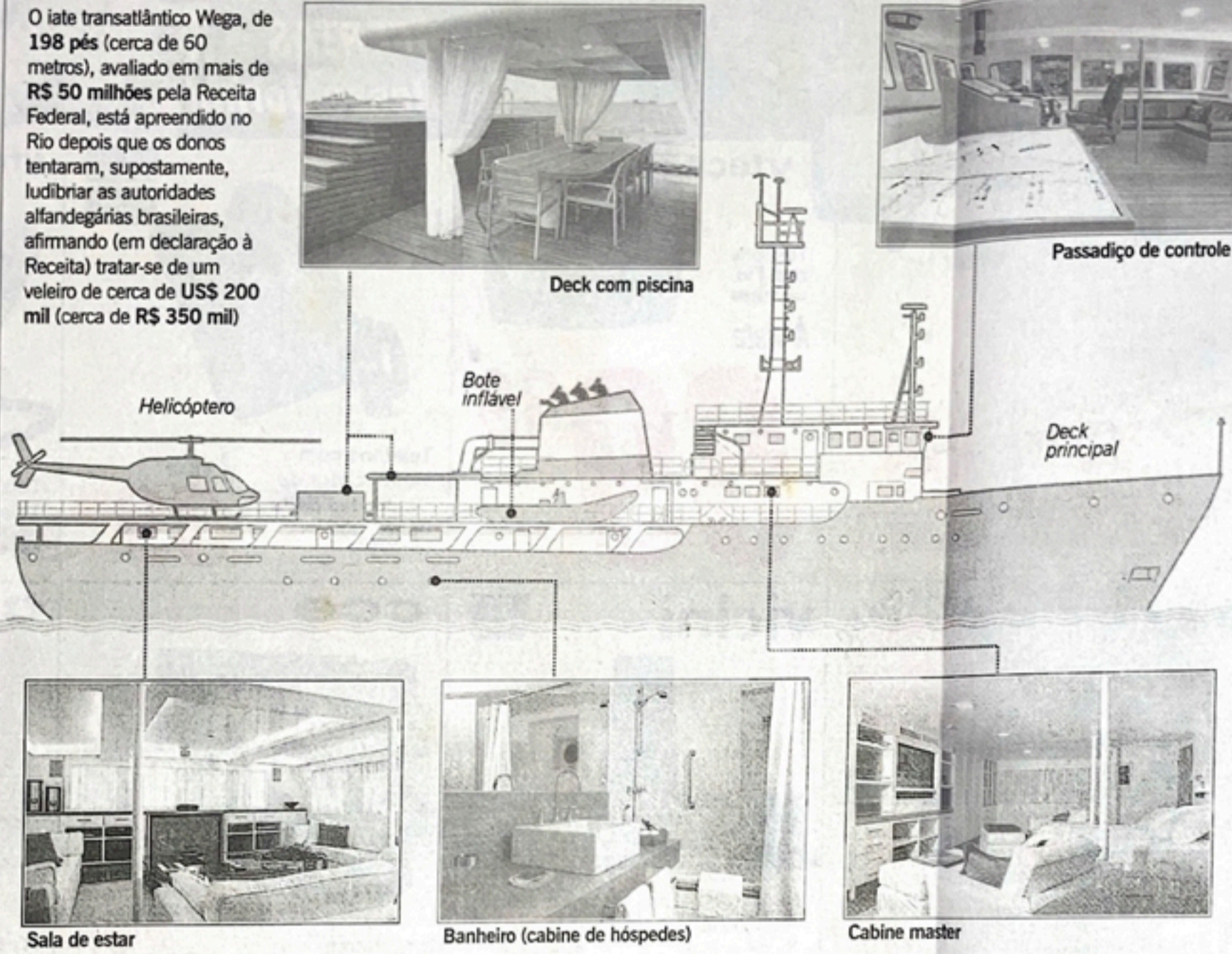
## Iate apresentado como veleiro

• O barco chegou ao Brasil em 2004, para supostamente passar por reparos, e foi apreendido na Enseada de Botafogo, em maio de 2006, depois que os donos tentaram, supostamente, ludibriar as autoridades alfandegárias brasileiras. Eles teriam afirmado em declaração à Receita Federal que a embarcação era um veleiro avaliado em cerca de US\$ 200 mil (cerca de R\$ 350 mil).

A declaração de importação foi apresentada pelo então comandante do Wega, o dinamarquês Johannes Herman Nersen. A Receita Federal afirma, em relatório ao procurador do Ministério Público Federal José Augusto Simões Vagos que o veleiro era, na verdade, um luxuoso iate cuja principal atividade seria aluguel para cruzeiros particulares. Este seria o motivo da apreensão da embarcação e as acusações contra o empresário belga e seu despachante aduaneiro no Rio, Franklin Machado da Silva. Na denúncia contra Pierre

## Saiba mais sobre o iate

O iate transatlântico Wega, de 198 pés (cerca de 60 metros), avaliado em mais de R\$ 50 milhões pela Receita Federal, está apreendido no Rio depois que os donos tentaram, supostamente, ludibriar as autoridades alfandegárias brasileiras, afirmando (em declaração à Receita) tratar-se de um veleiro de cerca de US\$ 200 mil (cerca de R\$ 350 mil)



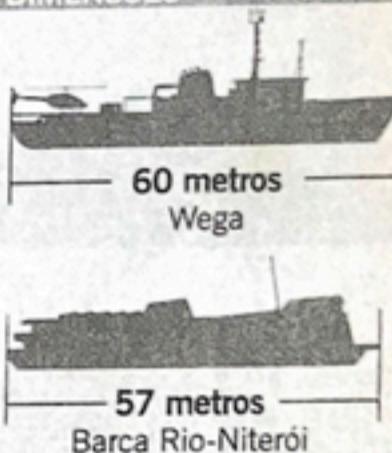
### CARACTERÍSTICAS

**Fabricação:** holandesa  
**Propulsão principal:** motor elétrico 1015 Kw  
**Velocidade:** 13,7 nós em três motores  
**Alcance:** 12.000 milhas a 8 nós (econômico)  
**Construção:** casco e estrutura em aço. Decks em aço e madeira de teca

### NUMEROS

**9 cabines:** 1 cabine master, 2 cabines VIP e 6 cabines de hóspedes, com TV, home theater, minibar e banheiros privativos  
**1 helicóptero**  
**2 botes infláveis:** com motor a diesel, além de todos os equipamentos de segurança

### DIMENSÕES

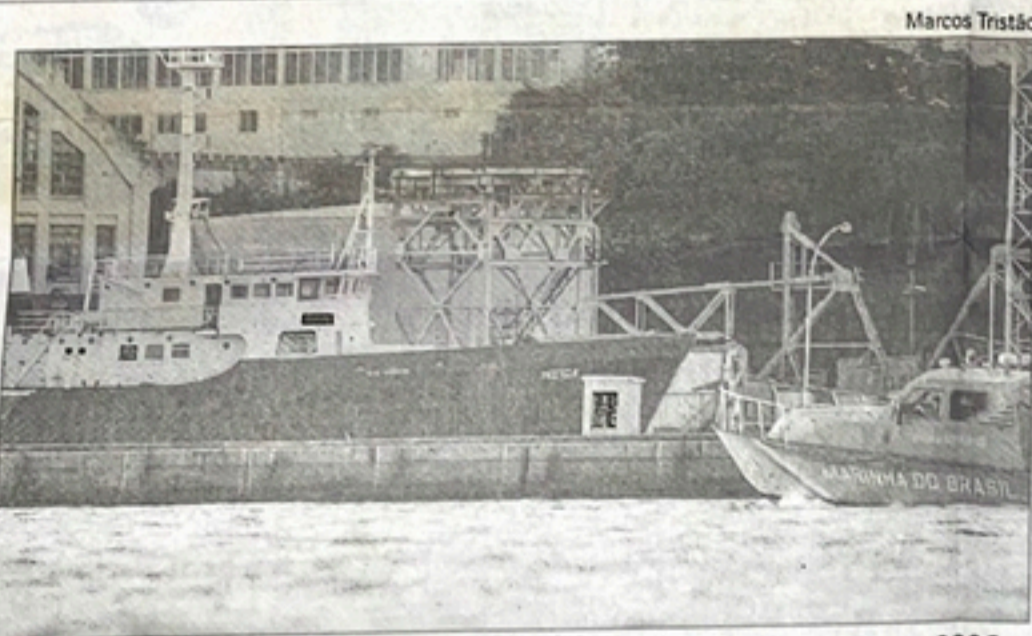


## Nascido como navio de guerra

Empresa fez adaptações para transformar o Wega numa embarcação de luxo

• O iate transatlântico Wega foi originalmente construído para servir à Marinha holandesa, seguindo os padrões militares da Otan. A embarcação foi projetada para suportar a pressão do gelo do Mar do Norte e para navegar com segurança em mares agitados. Segundo o site da empresa Pegasus, o iate é extremamente resistente e navega com estabilidade mesmo em condições adversas.

Para servir como um navio de luxo, mantendo suas características de um barco de exploração, todo o interior do Wega foi redesenhado e reconstruído. Parte dos reparos teria sido feita no Brasil. Todos os detalhes fo-



O WEGA atracado no Arsenal de Marinha, na Praça Quinze: apreendido em 2006

ram projetados para oferecer conforto aos passageiros.

O Wega tem nove cabines (uma master, duas VIPs e seis para hóspedes), todas com TV, home theater, minibar e banheiros privativos. O barco tem ainda salas de estar e jantar, loun-

ges, piscina e sauna. A reforma da embarcação também contou com uma modernização completa de toda a infraestrutura do maquinário. Ainda segundo a empresa, "o passadiço e as comunicações foram atualizados com a mais avançada tecnologia".

O sistema de propulsão do Wega conta com um motor que trabalha sem ruído ou vibração, de acordo com informações

da empresa. Para fornecer maior autonomia aos tripulantes, o Wega pode transportar um helicóptero de turbina em seu heliponto e duas lanchas infláveis, equipadas com motor a diesel, além de todos os equipamentos de segurança.

e Franklin, o procurador do Ministério Público Federal do Rio Marcello Paranhos de Oliveira Miller afirma que, entre abril de 2004 e dezembro de 2005, os dois empre-

enderam exploração comercial da embarcação, com anúncio em veículos de comunicação para locação na modalidade charter. Ainda segundo o MP federal, a embarcação foi alugada em pelo menos três oportunidades:

no Fashion Week, em 2005 no Rio; em julho de 2005, para passeio às Ilhas Trindade, e em agosto de 2005, para um grupo de americanos.

Segundo o MP, ao introduzirem a embarcação no Bra-

sil, como veleiro avaliado em US\$ 200 mil, indicaram como finalidade da importação a realização de reparos. Com isso, teriam conseguido a incidência do regime especial de admissão temporária,

com suspensão de tributos. Como resultado, não pagaram o imposto de importação, o imposto sobre produtos industrializados e a contribuição para o financiamento da Seguridade Social (Confi-ns); bem como multa e juros moratórios, além do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A dívida chegaria a R\$ 36,8 milhões.

Procurados pelo GLOBO, os advogados Bruno Calfat, do escritório de Sérgio Bermudes, e Alexandre Lopes, do escritório de Evaristo de Moraes, negam as acusações. Segundo Bruno, o empresário Pierre está respondendo a uma ação penal por "acusações absolutamente infundadas". Ele afirmou que há provas de que o barco ingressou em águas brasileiras para reparos e que foi autorizado pela Receita Federal e a Marinha.

O erro de declarar o barco com veleiro, foi atribuído pelos advogados a "um equívoco" no idioma do dinamarquês Johannes, comandante do Wega; e à própria Receita, que não vistoriou a embarcação. Para os advogados, o crime de descaminho atribuído a Pierre, representante da Pegasus, partiria da "premissa errônea de que o Wega teria entrado no Brasil para fins comerciais, quando, em verdade, isso nunca ocorreu". ■